

## ***Políticas Linguísticas: A paz das línguas e as línguas da paz e da guerra***

*Mário Filipe (DEG-UAb)*

### **Resumo**

Sob o tema geral "Guerra e Paz na era da Globalização" aborda-se a questão das línguas e das políticas de língua para o desenvolvimento e o exercício dos direitos linguísticos pelos falantes face às diversas formas de violência e segregação que são exercidas sobre os falantes de línguas em situação frágil ou minoritárias e o seu estatuto no contexto da globalização.

**Palavras-Chave:** Política de Língua, Gestão Linguística, Paz, Guerra, Globalização.

### **Abstract**

Under the general theme "War and Peace in the era of Globalization", the issue of languages and language policies is addressed concerning the development and exercise of linguistic rights by speakers in the face of the various forms of violence and segregation that are exercised against speakers and the use and status of fragile or minority languages in the context of globalization.

**Keywords:** Language Policy, Language Management, Peace, War, Globalization.

### **1. As guerras do silêncio e a paz pelo silêncio.**

As línguas, enquanto meio de comunicação, de produção de pensamento são alheias aos conceitos de paz ou guerra dos falantes. Sendo certo que não podemos dissociar as línguas dos seus falantes, é bom que não atribuamos às línguas as ações e ideologia que apenas podem ser atribuíveis e apenas podem responsabilizar os falantes em posição de poder. São os falantes, ou de uma forma mais determinante os que os falantes reconhecem como seus dirigentes enquanto agentes políticos produzidos pela organização social dos falantes, em Estados com maior ou menor homogeneidade ou diversidade linguística, que determinam o estatuto e propiciam, promovem ou, no limite, impedem o uso das línguas na esfera social pública e privada e que, através de políticas de língua e de gestão linguística explícita ou implícita, fazem uso da língua como meios de afirmação ideológica, de afirmação poder, de partilha na diversidade, inclusão ou segregação e de identidade dos Estados e Nações.

A maior parte dos conflitos linguísticos não passam por teatros de guerra, não são, na maioria dos casos, usados para justificar invasões e invocar a proteção de minorias linguísticas. A maioria dos falantes em situação de conflito linguístico não tem sequer consciência de que está a viver um conflito motivado pela língua que fala ou pela língua que não se escusa de censurar àqueles que a usam. É natural, afinal só se exige o “normal”, “Estás na minha terra, fala a minha língua”, “Estás na minha região, Não uses esse sotaque lá da terrinha”, “Porque é que estás a falar na rua uma língua que só tu e os da tua terra percebem?” “Estás a falar de mim? Estás a dizer mal de mim?”.

Há muitos conflitos linguísticos que se desencadeiam para “o bem” daqueles que são objeto de uma determinada decisão seja na educação ao escolher que línguas são dignas, mais adequadas, de ser língua veicular curricular em países multilingues, que línguas usamos no comércio local, nos letreiros que identificam o negócio das lojas, na comunidade, na administração local ou central, nas políticas regionais e nacionais.

Podemos discutir e argumentar que línguas ágrafas não são adequadas para a educação nos diversos níveis de ensino (sobretudo porque a cultura das línguas que possuem uma sistema gráfico baseiam a sua educação na transmissão do conhecimento por via escrita e não concebem um modelo sem essa ferramenta essencial. Línguas de sociedades que não vivem nem usam os “benefícios” das sociedades industrializadas não dispõem de vocabulário técnico/científico que obviamente não usam, logo o arsenal para fornecer conceitos, ideias e designações da sociedade que trás a “civilização”, o “admirável mundo novo”, pode ser limitado perifrástico ou inexistente, por inútil no quotidiano dessas sociedades não industrializadas, agrárias com tempos de vivência e relacionamento com o mundo diversas e mesmo incompatíveis com o mundo industrializado, tecnológico preocupado com a necessidade de chegar a Marte ou tornar a Lua habitável.

A política de língua na educação que são concebidas a partir das políticas de língua e gestão linguística adotadas pelos governos, é um campo de batalha cruel para quem está linguisticamente diminuído para enfrentar esta guerra de civilizações em que quem não domina, quem não é proficiente no uso da arma da “língua boa”, da “língua certa”, se não é falante nativo da língua veicular do sistema de educação e da transmissão de conhecimentos, da língua de ciência e tecnologia, perde.

O falante materno de línguas que não fazem parte dos sistemas educativos que as políticas língua na educação ignoram e, por essa via, - em geral de forma subtil sem ação repressiva declarada e explícita - segregam ou, no limite, proíbem e punem o seu uso no espaço escolar, perde. Perde sobre tudo porque a sua língua fica fora da possibilidade de ser transmissora de conhecimento, perde porque a sua língua materna, não fazendo parte do sistema formal, não cria, desenvolve ou adquire por empréstimo, novo léxico que lhe permita subir no patamar dos ciclos de estudos, perde porque os falantes das línguas através das quais se divulga ciência não

partilham, não praticam transferência de conhecimento científico e técnico para as línguas que estão fora do sistema de ensino.

O falante nativo de línguas que não participam no processo formal de aquisição de conhecimentos dentro do sistema de ensino formal, ou supera essa barreira com esforço próprio, porque a Escola não se preocupa em olhar para o indivíduo, até porque em muitos países o sistema escolar não tem condições para o fazer, noutros não se acha sequer relevante fazê-lo, ou perde oportunidades futuras de trabalho qualificado, perde o elevador social que é um dos melhores dispositivos que a educação proporciona. Os que não superam a barreira de uma língua – que não é a sua materna – veicular no sistema escolar correm sérios riscos de estarem condenados à pobreza, à falta de horizontes, trabalhos de baixa remuneração, perpetuar-se em habitações degradadas, em bairros economicamente segregados, quando já o são social, linguística ou etnicamente.

Por cada um destes falantes silenciados na sua voz que tem sucesso, há toda uma comunidade que não descola e perpetua a pobreza geracional ou aprofunda o desenraizamento da sua cultura e do seu ambiente sociocultural. A estes resta o horizonte com limites no dia a dia da sobrevivência, oferece-se como sempre o caminho da marginalidade ou das franjas da sociedade como alternativa mais viável, disponível e sem *numerus clausus*.

Este quadro de guerra linguística não declarada passa-se hoje. Não falamos nela mesmo onde é confortável falarmos dela, de forma distante, lá longe em África, na Ásia, nas Américas, mas também nos chamados países desenvolvidos que são naturais recetores de populações migrantes por motivos económicos, bélicos ou políticos.

Mudando um pouco o poema de Manuel Freire, “Ei-los que chegam, novos e velhos, buscar a sorte, noutras paragens, noutras aragens, entre outros povos, Ei-los que chegam, velhos e novos”. A exclusão linguística também se praticou e pratica na Europa ou noutras zonas do mundo desenvolvido. Quando a emigração portuguesa chegou em grande número aos locais onde achava que a sua vida ia melhorar, a primeira batalha que travaram foi a da língua. A primeira coisa que os filhos desses emigrantes tiveram de ouvir é que a língua deles não servia para nada e que o melhor era usar a que generosamente lhes era oferecida.

Quando o Governo Português começou a construir a sua rede de ensino português no estrangeiro e que hoje conhecemos por EPE, o que lhe foi disponibilizado pelos governos europeus foram aulas segregadas em horas a que os outros alunos iam para casa, em dias em que os outros lados não tinham aulas. Quer dizer, o que o EPE oferecia era um castigo de prolongamento de aulas, um tempo tirado à brincadeira ou ao estudo de outras matérias escolares, à aprendizagem da língua do país de acolhimento, para aprender ou manter uma língua que falada em público era vista com desdém quando não pior, pelos colegas de escola.

Mas deixemos a beligerância *soft*, a que nos põe a mão nas costas e dá palmadinhas de apreço porque “falamos bem” a “língua deles” (nunca será “a nossa”), enquanto conta anedotas nas nossas costas e constrói estereótipos sobre os “petits portugais” ou “Les portugais sont toujours gais”.

O gramático Castelhana António de Nebrija<sup>1</sup> referiu numa comparação com a língua latina que “A língua foi sempre companheira do império”. Arrisco-me, sem grande receio de engano, a acrescentar dos impérios. O uso da língua é uma forma de afirmação do poder os impérios. A imposição da língua no exercício da administração e na relação com quem dela necessita, no exercício do poder executivo, nos tribunais e naquilo que é a extensão natural da emanção da sua superioridade imperial, a educação, que é a forma mais natural de passar a língua às novas gerações de falantes do império.

Uma língua que não seja veículo de instrução perde um dos seus maiores valores acrescentados, quem fala línguas que ficam fora do sistema de ensino usa-as sem a força transversal do conhecimento formal e da força normalizadora que o ensino formal proporciona. A daí a estar a ser falante de uma língua que o poder colocou hierarquicamente num patamar que lhe limita o desenvolvimento e o dos seus falantes é um passo geracional para a necessidade dos falantes serem obrigados a recorrer à língua de topo da hierarquia linguística e social para suprir as dificuldades da comunicação em sociedade.

A convivência com a diversidade linguística é uma arte mais fácil de proclamar e promover politicamente em declarações de intenção e legislação do que levá-la à prática. Combater a segregação das gerações frágeis de cidadãos em países com minorias linguísticas ou migrantes, carece de uma forte vontade política e investimento em formação e recursos, o que é hoje um desafio num mundo que passa de crise em crise sem capacidade para olhar o futuro e pensá-lo melhor para os cidadãos.

Há todo um mundo de diversidade linguística e cultural que precisa de ver assegurados os seus direitos humanos e linguísticos (Skutnabb-Kangas & Phillipson, 1995) num mundo onde os falantes das línguas globais, os países desenvolvidos que falam e exportam essas línguas, que detêm o conhecimento nessas línguas, controlam o desenvolvimento, que proclamam que, por exemplo, a língua inglesa é um motor de desenvolvimento para os que a falam e aprendem omitem, que a língua inglesa serve sobre tudo para manter as relações de dependência económica entre os países ricos industrializados de língua inglesa e os países pobres de língua oficial inglesa que continuam a ser apenas fornecedores de matérias-primas baratas e combustíveis fósseis aos países industrializados, continuando na pobreza e no subdesenvolvimento. Não há um único país de língua oficial inglesa no hemisfério sul<sup>2</sup> a que a

---

<sup>1</sup> 1444-1522

<sup>2</sup> Não se incluem aqui os países de língua inglesa da Austrália e Nova Zelândia, pelo seu contexto anglófono particular.

língua inglesa tenha trazido prosperidade e riqueza aos cidadãos desses países, que continuam sem infraestruturas industriais e a ter de emigrar desses países para trabalhar em empregos de pouca qualificação.

O designado imperialismo linguístico (Phillipson, 1992) tem muita dificuldade em conviver com a diversidade, mesmo no contexto limitado das outras poucas línguas de expressão global, porque essa diversidade é vista como um obstáculo à economia pelos chamados custos de contexto que considerar outras línguas implica. O multilinguismo é caro.

## **2. Invocar os direitos linguísticos para começar uma guerra.**

Mas hoje os cidadãos de um país estão a ser bombardeados, casas, infraestruturas de energia destruídas, civis punidos porque para além de outras acusações o governo de um país retirou direitos linguísticos aos falantes de uma minoria linguística do país agressor. Numa notícia publicada pouco antes do início da invasão russa da Ucrânia entrou em vigor uma lei que pretende defender a língua nacional da Ucrânia e retirar o aparente estatuto de igualdade do russo:

*New Language Requirement Raises Concerns in Ukraine.<sup>3</sup> The Law Needs Safeguards to Protect Minorities' Language Rights*

*A new legal provision on the use of the Ukrainian language, part of a broader [state language law](#), raises concerns about protection for minority languages.*

*The provision, which entered into force on January 16, is stipulated in article 25 of the law. It requires print media outlets registered in Ukraine to publish in Ukrainian. Publications in other languages [must also be accompanied by](#) a Ukrainian version, equivalent in content, volume, and method of printing. Additionally, places of distribution such as newsstands must have at least half their content in Ukrainian.*

*The state language law requires that Ukrainian be used in most aspects of public life. The law was adopted and signed by former President Petro Poroshenko in 2019, as he was leaving office, with several provisions scheduled to come into force in subsequent years*

---

<sup>3</sup> [New Language Requirement Raises Concerns in Ukraine | Human Rights Watch \(hrw.org\)](#)

Lavrov acusou Kiev de ameaçar a segurança da Rússia e "pisar descaradamente" os direitos dos russos e dos russófonos na Ucrânia, acrescentando que isso "simplesmente confirma que a decisão de conduzir a operação militar especial era inevitável"<sup>4</sup>.

Putin acusa a Ucrânia de violência sobre os russófonos:

"Putin claimed Russian-speakers were being killed in Ukraine.

Russian President Vladimir Putin says Russian speakers in Ukraine are under attack, and he claims this invasion is to protect them."<sup>5</sup>

A questão que se poderia levantar é porque os governantes russos não sentiram esta necessidade de salvar os russófonos quando os países bálticos tomaram medidas semelhantes logo após as independências destes 3 países que têm percentagens de cidadãos de origem russa muito maiores. Provavelmente a resposta pode ser que a questão linguística não é a verdadeira razão para a invasão da Ucrânia, mas apenas parte de reconquista territorial da origem dos czares que se instalaram em Moscovo vindos de Kiyv nos primórdios da Rússia e que a queda da URSS deixou de fora da "grande pátria russa".

---

<sup>4</sup> [Lavrov defende Rússia em discussão na ONU sobre guerra na Ucrânia \(yahoo.com\)](#)

<sup>5</sup> [Putin claimed Russian-speakers were being killed in Ukraine. Was that true? : NPR, Opinion: The Ukraine war is also being fought over language | CNN](#)

**Bibliografia:**

Berdichevsky, Norman (2004). *Nations, Language and Citizenship*, Mcfarland, USA.

Filipe, Mário (2008). "Cidadania Europeia e Direitos Linguísticos e Culturais" - *Atas da 11.ª Conferência Internacional da Academia Internacional de Direito Linguístico*, 16-19 de julho, Lisboa, Portugal. Dialnet-CidadaniaEuropeiaEDireitosLinguisticosNoEspacoDaUn-3199565.pdf.

Fill, Alwin and Mühlhäusler, Peter (editors), *The Ecolinguistics Reader, Language, Ecology and Environment*, New York, USA.

Judt, Tony and Lacorne, Denis (editors), (2004). *Language, nation and State, Identity Politics in a Multilingual Age*, Palgrave Macmillan, UK.

Maurais, Jacques and Morris, Michael A. (editors), 2003). *Languages in a Globalising World*, Cambridge UP, UK.

Phillipson, Robert (1992). *Linguistic Imperialism*, Oxford, Oxford University Press, UK.

Wienstein, Brian, (editor), (1990). *Language Policy and Political Development*, Ablex publications, USA.

Skutnabb-Kangas and Phillipson, Robert (editors), (1995). *Linguistic Human Rights, Overcoming Linguistic Discrimination*, Mouton de Gruyter, Berlin, Germany.